

Brasil fica de fora de declaração da ONU sobre direitos reprodutivos das mulheres

Documento, apresentado no Conselho de Direitos Humanos, tem chancela de 65 países

[\(Folha de São Paulo | 08/07/2021 | Por Angela Boldrini\)](#)

BRASÍLIA

O Brasil ficou de fora de uma declaração assinada por 65 países membros da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. O [documento](#), lido na terça-feira (6) por Monique van Daalen, representante da Holanda no Conselho de Direitos Humanos do órgão, pede que os países tomem medidas para assegurar a igualdade de direitos para mulheres e meninas.

Segundo o texto, a interrupção de serviços de saúde feminina devido à pandemia “pode levar a um aumento de gravidezes adolescentes e não planejadas, abortos inseguros e mortalidade materna”. Além disso, os países dizem que há a possibilidade de que 13 milhões de meninas sejam forçadas a se casarem ainda crianças. No Brasil, a pandemia gerou uma [crise sem precedentes](#) nos serviços de aborto legal.

O documento faz referência ao fórum Generation Equality, realizado no México e na França neste ano e no qual foram acordados [compromissos de US\\$ 40 bilhões](#) para desenvolvimento da agenda de combate à desigualdade de gênero. Uma das linhas de ação do encontro era justamente o de direitos reprodutivos e sexuais de mulheres e meninas. Como a **Folha** mostrou, o Brasil [ignorou](#) convites para participar do fórum.

“Estamos profundamente preocupados com os crescentes ataques a instrumentos internacionais longevos em prol da igualdade de gênero, incluindo aqueles sobre saúde reprodutiva e sexual e autonomia corporal”, afirma a declaração. “Devemos ficar firmes no suporte a esses instrumentos,

já que mulheres e meninas precisam dessas salvaguardas mais do que nunca.”

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)